

Editorial

Serviço Social: contribuições analíticas sobre o exercício profissional

Este número da **Revista Katálysis**, *Serviço Social: contribuições analíticas sobre o exercício profissional*, apresenta um panorama de múltiplas tendências teóricas e políticas vigentes no universo profissional em relação aos fundamentos do exercício profissional. Elas se desdobram no direcionamento impresso à profissão no processo de produção e reprodução das relações sociais, na implementação da formação profissional, nas interpretações dos determinantes históricos dessa profissionalização e nas formas de explicar e efetivar as competências dos assistentes sociais na cena histórica contemporânea, demarcada por profundas transformações históricas incidentes na economia, na política e na cultura.

A diversidade de perspectivas aqui presentes nas interpretações do processo de institucionalização e desenvolvimento da profissão no marco das sociedades nacionais, dos desafios atuais postos ao trabalho do assistente social e sua efetivação – em suas indissociáveis dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas – condensa o debate profissional e acadêmico presente na área de Serviço Social no país, ao mesmo tempo em que abre uma interlocução com produções referentes à União Européia (Portugal e Alemanha) e à outros países da América Latina (Uruguai e Argentina). Simultaneamente atribui-se visibilidade aos desafios enfrentados pela categoria para a edificação de um projeto profissional coletivamente construído e socialmente respaldado em forças sociais que lutam pela hegemonia no direcionamento da vida em sociedade.

Pode-se afirmar que os artigos aqui apresentados nos convocam a intensificar um debate teórico rigoroso e exigente, cientificamente qualificado, voltado a apreender os determinantes da vida social mais além de suas manifestações empíricas; e a decifrar os discursos dos agentes sociais tais como aparecem na superfície da vida social, assim como a formalização “científica” que os legitima e reitera, impondo o esforço da *crítica teórica* para o seu desvelamento. Isso é uma pré-condição para afirmar a dimensão teleológica do trabalho, elucidar o significado e os efeitos sociais do exercício profissional para os sujeitos sociais a quem se dirige e, em especial, para o conjunto das classes subalternas. Elas buscam afirmar seus interesses e necessidades sociais na cena pública, na luta por direitos de cidadania, entendida esta como processo histórico, que envolve: a socialização do poder político, da economia e da cultura (COUTINHO, 2000).

Os artigos agrupados nesse número temático da *Katálysis* buscam analisar e responder a desafios profes-

sionais que são historicamente circunscritos: incidem no Serviço Social, mas não se explicam nos seus muros internos, visto que enraizados nas amplas e profundas transformações operadas na sociedade capitalista, no contexto de mundialização do capital, que reforça o desenvolvimento desigual e combinado de países, regiões, empresas e ramos de produção, classes sociais e formações culturais, matizado pelos traços de suas particularidades históricas (LÊNIN, 1976; MANDEL, 1985).

Na contratendência de uma onda longa de tonalidade recessiva no cenário mundial, sob a hegemonia das finanças (CHESNAIS, 1996, 1998), orquestrada pelos organismos multilaterais na sombra do império norte-americano, o capitalismo avançou em sua vocação de internacionalizar a produção e os mercados, requerendo políticas de “ajustes estruturais” por parte dos Estados nacionais, que dão livre curso ao capital especulativo financeiro destituído de regulamentações e à lucratividade dos grandes conglomerados multinacionais, radicalizando a “questão social”.

O caráter conservador do projeto neoliberal se expressa, de um lado, na naturalização do ordenamento capitalista e das desigualdades sociais a ele inerentes tidas como inevitáveis, obscurecendo a presença viva dos sujeitos coletivos e suas lutas na construção da história a favor da exaltação dos indivíduos isolados, conforme os cânones liberais; e, de outro lado, em um retrocesso histórico condensado no desmonte das conquistas sociais acumuladas, resultantes de embates históricos das classes trabalhadoras consubstanciados nos direitos sociais universais de cidadania, que têm no Estado uma mediação fundamental. Aquelas conquistas são transformadas em “ameaças ou dificuldades”, causa de “gastos sociais excedentes” que se encontrariam na raiz da crise fiscal dos Estados. A contrapartida tem sido a difusão da idéia liberal de que o “bem-estar social” pertence ao foro privado dos indivíduos, famílias e comunidades, exaltando o voluntariado e as iniciativas filantrópicas, num amplo empreendimento de moralização da “questão social” – ao desqualificá-la como questão pública, questão política e questão nacional (YAZBEK, 2001) – e de despolitização da noção de sociedade civil. A intervenção do Estado, no atendimento às necessidades sociais, é focalizada em programas sociais de combate à extrema pobreza, no controle dos riscos sociais, assim como transferida ao mercado e à filantropia como alternativas aos direitos sociais. E reafirma Soares (2003, p. 12):

A filantropia substitui o direito social. Os pobres substituem os cidadãos. A ajuda individual substitui a solidariedade coletiva. O emergencial e o provisório substituem o permanente. As microssituações substituem as políticas públicas. O local substitui o regional e o nacional. É o reinado minimalista do social para enfrentar a globalização da economia. Globalização só para o grande capital. Do trabalho e da pobreza cada um cuida do seu como puder. De preferência com um Estado forte para sustentar o sistema financeiro e falido para cuidar do social.

O “choque liberalizante” realizado pelos últimos governos, traduzido na abertura comercial, nas privatizações, nas desregulamentações financeiras, na precarização do trabalho, na ortodoxia monetarista – não superou as fragilidades da economia brasileira, mas resultou numa perversa combinação dos resultados da política neoliberal: desemprego recessão, desnacionalização da economia e aumento da vulnerabilidade externa.

Na esfera da organização da produção de bens e serviços, o padrão fordista-taylorista passa a conviver com formas de organização da produção dotadas de elevado padrão tecnológico, mediante a incorporação dos avanços científicos de última geração, mas que tem como contrapartida relações de trabalho regressivas para os interesses dos trabalhadores. A desregulamentação do capital nutre o aumento das taxas de mais valia absoluta e relativa, que o discurso do capital resume na “flexibilidade”. Esta se estende às formas de organização dos processos de produção, da gestão e remuneração da força de trabalho, do mercado de trabalho, dos direitos sociais e trabalhistas e dos padrões de consumo. Essa investida a favor do crescimento econômico dos oligopólios e contra o desenvolvimento social atinge visceralmente a luta sindical em um quadro de recessão e desemprego. Diante da competitividade no mercado mundial, a qualidade dos produtos é erigida como requisito para enfrentar a concorrência intercapitalista e salvaguardar os superlucros das empresas multinacionais e as elevadas taxas de juros a favor dos agentes institucionais financeiros. A exigência ao nível da produção é reduzir custos e ampliar as taxas de lucratividade, no que o rebaiamento dos custos do chamado “fator trabalho” tem peso decisivo, envolvendo o embate contra a organização e as lutas sindicais, os cortes de salário e direitos conquistados. A redução de custos para o capital revela-se, ainda, na figura do trabalhador polivalente, em um amplo enxugamento das empresas na captação da mais-valia das empresas terceirizadas para as quais são transferidos os riscos das oscilações de mercado. A reestruturação produtiva afeta radicalmente a organização dos processos de trabalho: o consumo e gestão da força de trabalho, as condições e relações de trabalho e do conteúdo do próprio trabalho. Im-

pulsiona-se a intensificação e a ampliação da jornada, a redução dos postos de trabalho e a precarização das condições e dos direitos trabalhistas. Simultaneamente chamamentos à participação buscam mobilizar o consentimento do trabalhador e sua adesão às estratégias e metas empresariais, numa intensa mistificação.

A cultura da “pós-modernidade”, na sua versão neoconservadora, é produzida no lastro do atual estágio do que Harvey (1993) denomina de “acumulação flexível do capital”. Ela é condizente com a mercantilização universal e sua indissociável descartabilidade, superficialidade e banalização da vida e gera tremores e cismas nas esferas dos valores e da ética orientados à emancipação humana. O pensamento pós-moderno contrapõe-se às teorias sociais que, apoiadas nas categorias da razão moderna, cultivam as “grandes narrativas”. Assim, questiona, nivelando, os paradigmas positivista e marxista e dilacera projetos e utopias. Reitera, em contrapartida, a importância do fragmento, do efêmero, do intuitivo e do micro-social. Invade a arte, a cultura, os imaginários e suas crenças, os saberes cotidianos, as dimensões étnicas, raciais, religiosas e culturais na construção de identidades esvaziadas de história (NETTO, 1996; SIMIONATTO, 1999).

Mas essa sociedade apresenta um terreno minado de resistências e lutas travadas no dia a dia de uma conjuntura adversa para os trabalhadores, os quais carecem de maior organicidade para terem força na cena pública. Este cenário avesso aos direitos atesta, contraditoriamente, a urgência de seu debate que considere as particulares condições sócio-históricas e culturais que fundam a construção dos direitos enquanto conquistas e/ou concessões do poder e os dilemas de sua efetivação na prática social. Esses são, também, dilemas do Serviço Social.

É esse denso terreno histórico que fornece as bases sociais da polêmica aqui apresentada. Ele altera os espaços ocupacionais, as condições e relações sociais que circunscrevem o trabalho do assistente social, as necessidades e demandas sociais no enfrentamento das expressões da “questão social”, seja por meio das políticas públicas e/ou das lutas sociais.

As relações entre as forças sociais condicionam a relativa autonomia de que dispõem os assistentes sociais para atribuir rumos teóricos, éticos e operativos ao seu exercício profissional cotidiano. Mas as respostas profissionais também se forjam apoiadas na reserva de forças acumuladas pela categoria na cultura profissional, no debate ético, na produção acadêmica e na sistematização e intercâmbio das experiências profissionais. A leitura das relações entre as classes e destas com o Estado – em especial, das políticas sociais enquanto mediação fundamental do exercício profissional – espelham a maneira como são apropriados e analisados os processos sociais que incidem na construção de bases sociais de legitimação da profissão, na formulação de propostas de trabalho, na eleição

de princípios éticos que as informam e do arsenal de estratégias e procedimentos técnico-operativos que as viabilizam no âmbito das relações sociais contraditórias que presidem a sociabilidade na sociedade do capital.

O leitor encontra neste número da *Revista Katálysis* um conjunto diferenciado de textos enfeixados em torno dos fundamentos do exercício profissional. O potencial e a centralidade do ensino teórico-prático do exercício profissional nas diretrizes curriculares vigentes no país, tratado nas suas múltiplas implicações e dimensões, é tema de Yolanda Guerra na abertura da Revista. Ximena Baráibar Ribero analisa as transformações nos regimes de proteção social no Uruguai, consoante as diretrizes neoliberais, salientando impactos das políticas sociais – como esferas da provisão de serviços e de inserção profissional – no Serviço Social, cujas atividades foram historicamente inscritas na execução terminal daquelas políticas, espaço esse hoje disputado pelo trabalho voluntário. Maria Helena Nunes nos traz o debate conceitual sobre “sociedade do risco”, tida como fase posterior da sociedade industrial ou sociedade de classes, que salienta os perigos e inseguranças generalizadas no estágio de “modernização reflexiva” (nos termos de Beck e Guiddens) e suas refrações na “agência do assistente social”. Esta é concebida como capacidade do sujeito reflexivo de problematizar a direção estratégica que, ao participar da regulação social do Estado-Providência, imprime na construção da cidadania fundada numa “teoria da emancipação humana” nos quadros da pós-modernidade. Vera Maria Ribeiro Nogueira discute a legitimidade da intervenção profissional sustentando a primazia do projeto ético-político do Serviço Social no Brasil, com base em dados dos últimos eventos nacionais e, em especial, do IX Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. A autora afirma que o discurso e a prática profissional não evidenciam uma crise paradigmática na pesquisa e no trabalho dos assistentes sociais no país ante a suposta reversão da materialidade de suas ações em decorrência das políticas de ajustes estruturais implementada na América Latina.

A história do Serviço Social é re-visitada por Alejandra Bettina Facciuto ao contemplar as influências do desenvolvimentismo no Serviço Social argentino e suas relações com o movimento de reconceituação do Serviço Social; por Elizabeth Ortega e Myriam R. Mitjavila ao efetuarem uma releitura do processo de institucionalização do Serviço Social no Uruguai, no período conhecido como *neobatllismo* (1940 e 1960), associado à expansão dos processos de medicalização da vida social. As autoras sustentam que as transformações ocorridas nos modelos etiológicos das enfermidades que organizam o saber no campo da saúde, no âmbito da estratégia panamericanista, permitem a instalação de novos dispositivos de poder (Foucault), redefinindo campos profissionais entre os quais

o do Serviço Social. Já a trajetória, perfil e particularidades da profissionalização do Trabalho Social e da formação profissional na Alemanha são objeto do texto de Vera Herweg Westphal.

Os espaços ocupacionais e as respostas profissionais são tratados sob angulações e direcionamentos diferenciados: Teresa Kleba Lisboa e Eliane Aparecida Pinheiro dedicam-se à prática do assistente social perante a violência contra a mulher, entendida como uma violação dos Direitos Humanos e um problema de saúde pública, salientando contribuições teórico-metodológicas, instrumental técnico-operativo, estratégias e possibilidades de intervenção no âmbito das políticas públicas; Maria José de Oliveira Lima e Claudia Maria Daher Cosac apresentam um mapeamento do perfil e atuação do assistente social em empresas paulistas da Macrorregião de Ribeirão Preto, na gerência de recursos humanos, sob a ótica empresarial; o processo de inserção do Serviço Social no Programa de Saúde da Família, em Campina Grande (PB), as atribuições profissionais e as dificuldades e desafios na concretização dos direitos sociais são temas do texto de autoria de Francisca E. Bernardino, Joselita A. Brasileiro, Kathleen E. Leal Vasconcelos, Luciana P. Cavalcante e Sâmbara Paula Ribeiro.

Finalizando este número, o leitor encontra uma controvérsia sobre a complementaridade entre a ética e a política, pressuposta no projeto profissional, de autoria de Sergio Lessa.

Marilda Villela Iamamoto

Assistente Social, Dra. em Ciências Sociais (PUC-SP)
Prof. Titular aposentada da UFRJ e
Prof. Titular da Faculdade de Serviço Social da UERJ

Referências

- CHESNAIS, F. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.
- _____. (Org.). *A mundialização financeira*. São Paulo: Xamã, 1998.
- COUTINHO, C. N. *Cultura e sociedade no Brasil*. Ensaios sobre idéias e formas. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
- HARVEY, D. *A condição pós-moderna*. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1993.
- LÊNIN, V. I. El imperialismo. Fase superior del capitalismo. In: *Obras escogidas en doce tomos*. Moscú: Progreso, 1976. Tomo V. p.372-500.

MANDEL, E. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

NETTO, J. P. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 50, p. 87-132, 1996.

SIMIONATTO, I. As expressões ideoculturais da crise contemporânea. In: *Capacitação em Serviço Social e Política Social – Crise contemporânea, questão social e Serviço Social*. Módulo 1. Brasília: CFESS/ABEPSS/CEAD/UnB, p. 77-90, 1999.

SOARES, L. *O desastre social*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

YAZBEK, M. Pobreza e exclusão social: expressões da questão social. *Temporalis*, ABEPSS, ano III, n. 3, p. 33-40, jan./jun. 2001.